

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 2 de dezembro de 2024 - Ata n.º 102.

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luís Corti** (na função de 1.^º Secretário) e **Tercílio Turini** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **102.^a Sessão Ordinária da 2.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Deputado Tercilio Turini que faça a leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – MDB): (Procedeu à leitura da Ata da 101.^a Sessão Ordinária, de 27 de novembro de 2024.) Era o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Corti se há Expediente a ser lido.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luís Corti – PSB): (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício CEE/G 918/2024** do Gabinete do Governador, indicando o Sr. Sérgio Luiz Cequinel Filho para a Diretoria de Fiscalização e Qualidade de Serviços da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar; **Ofício n.º 300/2024** do Gabinete da Defensoria Pública do Paraná, encaminhando Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 727/2024**) que altera dispositivos da Lei 20.857/21, que estabelece o Estatuto dos Servidores da Defensoria Pública do Paraná; **Ofício n.º 303/2024** do Gabinete da Defensoria Pública do Paraná, encaminhando Projeto de Lei Complementar (**autuado sob o n.º 13/2024**) que altera dispositivo da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Paraná. Era o que continha.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados e Deputadas, teremos dois momentos no Grande Expediente do dia de hoje. O primeiro momento, por proposição do Deputado Romanelli, será destinado para ouvirmos o idealizador do Projeto “*Diga Não ao Bullying! Mesmo Diferentes, Somos Todos Iguais*”, o estudante Paulo Piotta Odizio. Com uma abordagem educativa e transformadora, o projeto enfatiza que as diferenças não devem ser vistas como obstáculo ou motivo de discriminação, mas sim como riquezas que tornam cada indivíduo único. Agradecemos a presença dos familiares, o Sr. Flavio Augusto Odizio, a Sr.^a Fernanda de Abreu Piotta Odizio e o Sr. Flavio Piotta Odizio. Concedo, neste primeiro momento, a palavra ao Deputado Romanelli, para a saudação aos nossos convidados e visitantes.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, prezados visitantes. Somente saúdo aqui a família do Paulo Piotta Odizio, mas aproveito também para poder cumprimentar todas as demais autoridades que aqui se encontram e que, na sequência, serão

homenageadas. Cumprimento o Deputado Federal Toninho Wandscheer, que é Coordenador da Bancada Federal em Brasília; o Presidente do Movimento Pró-Paraná, Marcos Domakoski; o Coronel Neto, representando a Fetranspar aqui. Cumprimento os Presidentes das Concessionárias do lote 1 e 2, da Concessionária Via Araucária, o Sergio Santillán; e da EPR Litoral Pioneiro, o Marcos Moreira. Além, é claro, do Superintendente Orlei da nossa ANTT, e a Priscila, que tem sempre, aliás, sido uma interlocutora desta Casa, além do João, diretor da concessionária, e os demais que aqui se encontram. Quero dizer que estou aqui nesta tribuna para prestar uma homenagem a uma família exemplar, que tem feito uma ação transformadora na sociedade. Com muito orgulho, estamos concedendo uma Menção Honrosa, que esta Casa aqui aprovou, à Família Odizio, de Cornélio Procópio, pela coragem e determinação de disseminar o projeto *“Diga Não ao Bullying! Mesmo Diferentes Somos Todos Iguais”*. Essa iniciativa foi criada pelo jovem Paulo Pirotta Odizio, que, com apoio do pai Flavio, da mãe Fernanda e do irmão Flavio fizeram esse belo projeto. É uma iniciativa que se destaca pelo ineditismo e pela relevância em tratar um tema tão difícil quanto o bullying, principalmente os atos praticados no ambiente escolar. Para se ter uma ideia do que significa combater o bullying trago aqui alguns números que são muito interessantes. O Colégio Notarial Brasileiro fez um levantamento dos tabelionatos do País identificou que, em 2023, foram registradas 121 mil atas notariais de episódios de bullying ou de ciberbullying, uma média de 10 mil casos por mês ou 300 casos por dia. Isso que está registrado em ata notarial, ou seja, sabemos que o problema é grave. Por isso que a Câmara Federal, o Congresso Nacional transformou em lei, tipificou no Código Penal, justamente uma lei tipificando o bullying. Que significa o quê? *“Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais”*. Esse é o tipo penal, Deputado Toninho, que V.Ex.^{as} votaram na Câmara Federal. E o ciberbullying, que é caracterizado se a conduta é realizada por meio da rede

mundial de computadores, de redes sociais, de aplicativos, de jogos *on-line*, ou qualquer outro meio ou ambiente digital ou transmitidas em tempo real. O fato é que se trata de uma medida jurídica necessária para combater discriminações, preconceitos e intolerâncias. Enfim, para combater práticas repugnantes que crescem a cada dia. Para que ninguém esqueça, os principais motivos do bullying são o corpo, o rosto, o cor da pele e a etnia de quem sofre esse tipo de agressão. E foi um ato de violência desse tipo que inspirou o menino Paulo a criar um projeto para acabar com isso. Ele fez isso aos sete anos de idade. Vejam bem, aos sete anos ele, ao presenciar uma situação de bullying, Deputado Luís Corti, ocorrida com um amigo de escola, com ajuda dos pais, do Flávio e da Fernanda, desenvolveu o projeto *“Diga Não ao Bullying! Mesmo Diferentes Somos Todos Iguais”*. Hoje, aos 15 anos, já está quase maior que o pai agora, tem a parceria do irmão Flávio de 11 anos. O que move a família é o desejo de transformar a sociedade para o melhor. É o próprio Paulo quem produz seus textos para falar aos colegas sobre o bullying. Em síntese, esse menino tenta mostrar que somos todos iguais, para isso ministra palestras em escolas, começou pelo Colégio Nossa Senhora do Rosário em Cornélio Procópio, o nosso coleginho, e, claro, hoje se estendeu a todas as escolas, foi levado a todas as escolas e municípios. Além de Cornélio Procópio, o Projeto é aplicado em Londrina, Leópolis, Itambaracá, Alvorada do Sul, Sertaneja, Cambará e até em Araçatuba, no Estado de São Paulo. Ao final de cada palestra, os alunos são convidados a interagir e a falar sobre o assunto, proporcionando grande abertura para a escola e os professores abordarem o tema. Além das apresentações, que ocorrem também nas escolas, igrejas, casas de acolhimento de menores vítimas de situação de risco, teatros, clubes, enfim, e outras instituições sociais. Na pandemia inovaram, na verdade, fazendo as lives e, entre elas, têm conversas pela Internet com os pesquisadores portugueses Luis Pinheiro e Tito Morais, que se dedicam ao tema do bullying na Europa, e com a pesquisadora brasileira Taiza Ramos Ferreira, pós-doutoranda na USP, ou seja, o trabalho deles chamou a atenção de pesquisadores no Brasil e no exterior. Resumidamente, essa é uma bela história criado pelo menino Paulo, junto com seu irmão Flávio e pelos pais Fernanda e Flávio, a quem dedico total

reverência por incentivar os filhos nessa nobre jornada. Encerro com uma mensagem postada pelos meninos nas redes sociais que diz o seguinte: “*Não importa o que digam, não importam o que façam a você, lembre-se: você é especial. Alguém que se importa com você e que deseja o seu bem*”. E a nós, aqui, representantes do povo paranaense, cabe agradecer a vocês, à família que está fazendo esse belíssimo trabalho e o reconhecimento não apenas desta Assembleia Legislativa, mas de toda a sociedade paranaense. Então, muito obrigado e que Deus siga abençoando o caminho dessa família. É isso. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou conceder a palavra, neste momento, ao nosso estudante Paulo Pirotta Odizio. Logo após a sua fala, teremos a apresentação de um vídeo.

SR. PAULO PIROTTA ODIZIO: Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente Deputado Ademar Traiano, na pessoa de quem cumprimento a todas as demais autoridades. Meu agradecimento, também, ao Ex.^{mo} Deputado Luiz Claudio Romanelli pela proposição desta homenagem que muito significa para mim e para todos os envolvidos no Projeto. Não poderia deixar de expressar minha gratidão ao Sr. Prefeito de Cornélio Procópio, Amin José Hannouche, por ter sido o primeiro a confiar em nosso trabalho. Foi ele que abriu as portas da cidade de Cornélio Procópio permitindo que pudéssemos dialogar com as crianças e os adolescentes sobre o bullying. Sem o apoio e a confiança dele, o Projeto não teria alcançado impacto e sucesso que celebramos hoje. Agradeço profundamente aos meus pais que, desde meus sete anos de idade, acreditaram no meu sonho de combater o bullying. Uma criança de sete anos de idade chegou em casa, após uma situação de bullying, e graças à influência e acreditarem no meu sonho, hoje posso estar aqui comemorando este sucesso. Quero também reconhecer o papel das professoras Cristiane Zácari e Ariani Diniz Couto, que, em 2017, permitiram que eu fizesse minha primeira palestra, dentro da minha sala de aula, no Colégio Nossa Senhora do Rosário. Naquele tempo, eu era apenas um menino com um grande sonho de mudar o mundo e combater o bullying. Saibam que vocês são

parte essencial dessa história. Minha eterna gratidão a vocês. Como o Deputado já mencionou, o Projeto começou em uma experiência que tive aos sete anos, uma experiência de bullying que presenciei de um outro amigo meu. Escolhemos esse nome “Mesmo diferentes somos todos iguais”, porque apesar das diferenças todos devemos ser respeitados e cuidados da mesma maneira. Desde então, já percorremos um longo caminho, realizamos mais de 100 palestras e tive a oportunidade de compartilhar nossa mensagem em jornais, programas de tevê e até em lives durante a pandemia. Nessas lives conversei com os pesquisadores de Portugal Luis e Tito, e com a pesquisadora brasileira Taiza. Também tive a honra de participar do programa na Globo *“Encontro com a Fátima Bernardes”*, levando esse Projeto para ainda mais pessoas. Quero agradecer de coração a todas as pessoas que contribuíram nessa história, estar aqui hoje é uma honra e uma enorme vitória. Esse reconhecimento não é apenas sobre mim ou sobre o Projeto, mas sobre a importância de combater o bullying e construir um futuro melhor. Por fim, Sr.^s Deputados, quero pedir: por favor, protejam as nossas infâncias, protejam os jovens e adolescentes, não permitam que a violência seja tolerada nas escolas. Juntos podemos construir um futuro melhor e que esse tema seja cada vez mais discutido e enfrentado no nosso dia a dia. Para encerrar, gostaria de apresentar um vídeo que fizemos para mostrar que, mesmo diferentes, somos todos iguais. Muito obrigado.

(Apresentação de vídeo sobre o projeto “Diga Não ao Bullying”.)

SR. PAULO PIROTTA ODÍZIO: Em conclusão, muito obrigado a todos vocês por esta oportunidade. Todos que participaram, todos que tiveram influência nesse projeto. Então, *“Diga Não ao Bullying! Mesmo diferentes, somos todos iguais”*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou **suspender a Sessão** por instantes para os registros fotográficos e, na sequência, iniciamos outras homenagens.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está reaberta a Sessão.

Na sequência, por proposição do Deputado Alisson, vamos abrir o espaço para a sua fala e para a homenagem aos seus convidados. Antes disso, registro a presença na Casa do Sr. Sérgio Santillán, Diretor-Presidente da Via Araucária; do Sr. Marcos Domakoski, Presidente do Movimento Pró-Paraná; do Sr. Nelson Luiz Gomez, Vice-Presidente do Movimento Pró-Paraná; do nosso amigo Deputado Federal Toninho Wandscheer, que é o representante da Bancada Federal; do Sr. Jonas, Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados; do Sr. Allan Milagres, Chefe da Assessoria Especial de Relações Parlamentares e Institucionais da ANTT; da Sr.^a Priscila Müller, Chefe do Escritório de Curitiba da ANTT; do Sr. Orlei Damázio, Coordenador Regional da ANTT; e do Sr. Justino Rodrigues da Fonseca, Presidente do Sindicato das Autoescolas do Paraná. O Cel. Malucelli, não o vejo presente. Não está? E do Sr. Luciano Lourenço, Diretor da ANTT. Se esqueci de alguém, por favor. Deputado Alisson, para a saudação aos seus convidados.

DEPUTADO ALISSON WANDSCHEER (SD): Senhor Presidente, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, mesa presente hoje, aqui. Quero cumprimentar também todos os deputados e deputadas que estão presentes. Deputado Federal Toninho Wandscheer, obrigado pela presença; o Presidente do Movimento Pró-Paraná, Sr. Marcos Domakoski; o Vice-Presidente do Movimento Pró-Paraná, Sr. Nelson Luiz Gomez; o Chefe da Assessoria Especial de Relações Parlamentares e Institucionais da ANTT, Sr. Allan Milagres; o Superintendente da Polícia, Sr. Fernando César Oliveira, que ainda não chegou, não o vi ainda, mas se chegar já está informada a sua presença; o Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados, Sr. Jonas Lima, agradecer sempre o seu trabalho. Quero agradecer a presença do Assessor do Sistema da Fetranspar, Cel. Manoel Jorge dos Santos Neto, representando o Presidente da Fetranspar, o Cel. Sérgio Luiz Malucelli; a Diretora Jurídica do Sindifoz, Aline Maicrovicz, que já foi anunciada como a Secretária de Transporte de Foz do Iguaçu, parabéns pela indicação; o Presidente da EPR, Marcos Moreira; o Presidente do Sindicato das Autoescolas do Paraná, Justino, obrigado pela presença; a Chefe do Escritório de Curitiba da ANTT,

Priscila Müller; o Coordenador Regional da ANTT, Orlei Damázio. Um cumprimento especial ao nosso homenageado, Luciano Lourenço, obrigado pela presença, por estar aqui, hoje; e aos familiares, amigos, a todos que visitam e que assistem pelas redes sociais, senhoras e senhores. É com grande honra que hoje, um profissional cuja competência e trabalho dedicado tem sido referência para o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso País. Conceder a Menção Honrosa da Assembleia Legislativa do Paraná ao Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Sr. Luciano Lourenço, é reconhecer os seus serviços à sociedade paranaense e destacar sua inestimável contribuição na história de superação, inovação e crescimento do nosso Estado. Luciano Lourenço é um exemplo de compromisso com a melhoria da infraestrutura de transportes do Paraná. Sua trajetória é marcada por projetos que não apenas aumentam a competitividade do Estado, mas também impactam diretamente na qualidade de vida de nossos cidadãos. Desde a execução de obras importantes, como foi a questão dos Contornos de Maringá e Cascavel, até a coordenação das novas concessões rodoviárias, Luciano tem sido uma força motriz para a modernização das nossas rodovias. Nascido em Foz do Iguaçu e descendente de uma família mineira, que contribuiu显著mente para o crescimento do Paraná, Luciano seguiu os passos do seu pai, que trabalhou na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Ele é formado em Engenharia Civil pela Federal de Uberlândia e, com diversas especializações na área de transportes, tem aplicado o seu vasto conhecimento em benefício do nosso Estado. Durante a pandemia, atuou diretamente, em Foz do Iguaçu, facilitando o transporte internacional de cargas, garantindo assim que o fluxo de mercadorias entre o Brasil e o Paraguai não fosse interrompido. Sua atuação na ANTT, desde 2022, tem sido marcada pela supervisão de leilões rodoviários e pela implementação de concessões que incorporam tecnologias avançadas, promovendo maior segurança e qualidade de serviço prestado aos usuários. A dedicação de Luciano Lourenço para o progresso do Paraná é evidenciada a cada projeto que ele lidera. Com transparência e eficiência, garante que a sociedade acompanhe de perto as intervenções que melhoraram as suas vidas, transformam a logística do transporte, impulsionam as

nossas indústrias e toda a cadeia do setor produtivo e atraem novos investimentos. Hoje celebramos o seu trabalho, além de seu compromisso contínuo com as novas conquistas almejadas por todos os paranaenses. Luciano Lourenço, esta é a Menção Honrosa que reconhece o seu merecido trabalho, e a maneira singela que eu e todos os parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná escolhemos para homenageá-lo. Inseri seu nome na história deste grande Estado, o nosso Estado do Paraná. As grandes personalidades são merecedoras de homenagem, então, parabéns, Luciano, por mais esta homenagem. Muito obrigado pela atenção de todos. Neste momento, pedindo a licença do Presidente, quero convidar o Luciano para fazer breves palavras na tribuna desta Assembleia Legislativa. (Aplausos.)

SR. LUCIANO LOURENÇO: Boa tarde a todos. Saúdo nosso Presidente desta Casa Legislativa, Presidente Ademar Traiano; Deputado Federal Toninho e o assessor Jonas, muito obrigado; Deputado Estadual Alisson, a quem tenho muita gratidão por esta homenagem; Coronel Malucelli; Celso Callegario, representante do SindiFoz, uma grande liderança no transporte do Paraná; a Aline, assessora jurídica do SindiFoz, amiga de tantos eventos, de tantas lutas junto aos transportes; representantes do Movimento Pro-Paraná; sociedade civil organizada do Paraná que, sem sombra de dúvida, se destaca em âmbito nacional pela sua aplicação e sua dedicação a este Estado; representantes das concessionárias de rodovias, aqui tanto da Via Araucária quanto da Litoral Pioneiro, meus sinceros agradecimentos; aos colegas da ANTT que aqui se fazem presentes, precisamente a Priscila e o Orlei, e todos aqueles demais que estão nos vendo agora; a família, que é o nosso alicerce mais sagrado. E é uma honra estar aqui neste momento, cheio de emoção. Natural ali do Oeste do Paraná, tive oportunidade de vivenciar como cidadão paranaense toda pujança deste Estado, que se destaca pelo agro, mas não só pelo agro, mas se destaca também por todo o seu desenvolvimento industrial, toda a sua logística, e por ser um povo aguerrido. Tenho tido oportunidade de percorrer as nossas fronteiras agrícolas, e por onde ela passa sempre existe um símbolo de desenvolvimento, de planejamento, e quando você vai verificar um município, uma cidade, uma

indústria, você tem a certeza que ali atrás tem um paranaense. É um povo muito destemido e que não tem realmente medo de empreender. E eu pude testemunhar a importância da logística para este Estado. Hoje, como servidor público federal, como engenheiro civil de formação, ter a oportunidade de retribuir um pouquinho para este Estado nas minhas atribuições, na minha competência, por si só já é uma honraria, uma alegria muito grande. Fico muito feliz de trabalhar, ajudar no transporte rodoviário de cargas, no transporte rodoviário de passageiros, aqui ainda no Paraná com um aspecto internacional extremamente importante para o nosso País, trabalhar nas concessões de rodovias e ferrovias, destacadamente rodovia, onde os paranaenses durante muito tempo sangraram e sofreram com as concessões. Hoje vivemos um novo tempo, onde em pouco menos de um ano já temos um panorama diferente das nossas rodovias, com a entrega de serviços e o que tem de melhor para a nossa sociedade. O paranaense não pode se contentar com menos do que isso, o que existe melhor e o que existe de mais moderno em termos de infraestrutura. E saibam que eu já era incentivado por natureza e por vocação a dedicar a minha vida profissional a essa causa e, hoje, depois desta Menção Honrosa, me sinto mais incentivado ainda, e podem ter certeza esforços não serão poupadados para que este Estado continue se destacando como um dos maiores Estados deste País. Muito obrigado a todos. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender a Sessão por instantes, para os nossos registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está reaberta a Sessão. Peço..., Deputado Batatinha, pode substituir o Luís Corti, que vai usar da palavra neste momento? Com a palavra Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, Sr.^s Pares, todos os que nos assistem e todos os que nos acompanham. É com muito orgulho, Sr. Presidente, que subo a esta tribuna para utilizar deste Expediente para enaltecer o momento importante, pontual, da nossa estada nesta Casa de Leis, quando por oportuno,

Sr. Presidente, discutimos, na semana passada, a constitucionalidade do Projeto de Lei que prevê um avanço na área do licenciamento ambiental. Confesso, Sr. Presidente, que foi no debate, foi na discussão, foi na oitiva de representantes das mais diversas categorias, em especial, Sr. Presidente, destaque-se na representação da categoria dos nossos trabalhadores da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e do Sistema Ocepar, que reúne seguramente o maior PIB deste Estado, mas que tem um segmento muito importante dentro do segmento da produção agrícola. E foi na manhã, já clareando o dia, Sr. Presidente, do dia 27, quarta-feira, na iminência de irmos para a segunda votação, que, antes das 8 horas da manhã, conseguimos reunir os trabalhadores da agricultura, mesmo a distância, em videoconferência, de Brasília, do Paraná – enalteço a presença da Federação dos Trabalhadores do Estado do Paraná, da Faep e do Sistema Ocepar –, para colocarmos até o horário devido e tempestivamente duas emendas que seguramente, Sr.^s Deputados, darão uma nova condição para alguns dos produtores do Estado do Paraná. Eu, que venho da pequena propriedade, do exercício da agricultura, que conheci e conheço o exercício da foice e do machado, Sr. Presidente, da aração mecanizada e também puxada à tração, que tenho orgulho do caminho percorrido para chegar à Câmara de Vereadores, Prefeito e Deputado, mas foi amassando barro, foi apertando o calo da mão, foi conhecendo o sofrimento das pessoas que do sustento retiram o alimento e retiram o pão de cada dia para suas famílias. Foi baseado nessa história, foi baseado na história de filho de retirante que saiu de Santa Catarina, porque lá não havia mais condições de sobreviver; foi na condição de filho de boia-fria, de pequeno proprietário que da foice, do machado e da enxada vem a caneta, e da caneta vem a emenda que dará um novo norte, cara Deputada Victoria, e em especial aqueles que adquirem o quinhão de terra, muitas das vezes, pela herança, onde um filho fica com a área produtiva e o outro, caro Traiano, fica inutilizado, porque não vê na condição do seu quinhão um metro quadrado para plantar um pé de mandioca, batata, arroz ou feijão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Corti, V.Ex.^a tem um minuto para...

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Utilizo o horário da Liderança, Sr. Presidente, pela continuidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): E a lei, na sua rigidez, Maria Victoria, não permite a expansividade. Não permitindo a expansividade, não resta outra saída, caro Renato, a muitas famílias que deixarem o rincão de suas propriedades para serem mais um daqueles que engordam o entorno da Capital: Piraquara, Pinhais, o Graciosa, o Tiradentes, o Formiga no Campo Comprido, o Pantanal no Colombo. Não encontram outra esperança! Se lá não lhes era oportuno a expansividade da produção, aqui problema ambiental, social, problema de saúde, problema de todas as pontas. O nosso Projeto de Lei, caro Presidente, precisamos aqui, caro Hussein, contar com a sensibilidade lá na CCJ, cara Deputada Márcia da Saúde, precisamos ter forças para ir para esse enfrentamento, que oportunizará ao miniprodutor, aquele até quatro módulos fiscais, mas o produtor com $\frac{1}{4}$ da pequena propriedade, 25%, poderá, sim, respeitando a reserva legal, poderá, sim, Sr. Presidente, utilizar do restante de sua propriedade licenciado pelo órgão ambiental. Depois de aprovarmos a chancela pela Assembleia Legislativa, poderá ele sim utilizar de uma área maior e adequada para tirar o sustento de sua família. E para isso, na condição de técnico, gente da área, Hussein Bakri, gente que produz, gente que vive da agricultura, poderá esse agricultor implantar um sistema moderno, tecnificado, um sistema pujante, um sistema que permite a produção, Sr. Presidente, sem atacar o meio ambiente. Muito pelo contrário, poderá esse agricultor, em cada árvore que possa ser podada, Sr. Presidente, em cada árvore que possa ser mudada de local, no lugar dela ser compensada com mais quatro árvores ou com crédito de carbono. No fim, teremos um aumento da produção, teremos um aumento da área verde, que permitirá, com a luz solar, o exercício da fotossíntese. Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, compareço para pedir o apoio

de V.Ex.^{as} no exercício do equacionamento na CCJ e, depois, em nível de Plenário, para podermos garantir o alento e a sustentabilidade para aqueles que, por forças do infortúnio, não tiveram a condição, Sr. Presidente, de receber um quinhão com maiores condições de estabelecer a produção e a produtividade. Era isso, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo; cumprimento o Líder da Oposição; cumprimento os Deputados, caros colegas, representantes dignos da sociedade paranaense; cumprimento as pessoas que nos assistem hoje presencialmente aqui na Assembleia Legislativa; cumprimento a imprensa, que é a base de um Estado Democrático de Direito, uma imprensa livre, uma imprensa sem censura, uma imprensa que tem o condão no Brasil de manifestar a sua opinião, felizmente; cumprimento você, cidadão de bem e cidadão honesto que me assiste através da TV Assembleia. Verifiquei, através de redes sociais e de jornais, a situação envolvendo o atual Presidente americano Joe Biden e seu filho, que está sendo processado criminalmente por faltar com a verdade em um processo judicial, que é o crime de perjúrio. Disse ele que nunca tinha usado drogas, que nunca tinha usado drogas para a compra de uma arma. Mas, o que isso tem a ver com o Brasil? O que isso tem a ver com a sociedade? O que isso tem a ver com o Paraná, Delegado Xerifão? Tudo. Porque aqui no Brasil, infelizmente, faltar com a verdade, mentir, trazer inverdades não é crime. As autoridades públicas aqui do Brasil podem ser enganadas, o engodo faz parte da persecução penal e do processo. Cansado estou, como delegado de polícia, de, ao ouvir o réu em um interrogatório, serem trazidas mentiras, estratégias para desvirtuar a busca da verdade material, quando nos Estados Unidos faltar com a verdade é crime. Alguém vai me dizer que isso é o direito ao silêncio. Senhores, o direito ao silêncio está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, está previsto na

Constituição Americana e na Constituição de qualquer país democrático do mundo. Ficar em silêncio é uma coisa, mentir é outra coisa muito diferente! O problema é que não tem no Código Penal e no Código de Processo Penal e na Constituição Federal qualquer argumentação, qualquer menção ao direito de mentir. Mas como que no Brasil, então, se permite a mentira? Se permite a mentira em processos judiciais e na investigação por interpretação esdrúxula do Supremo Tribunal Federal. É isso mesmo, Delegado Xerifão? É isso mesmo. Por interpretação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, o direito ao silêncio, que é a inanição, que é a omissão, se materializou no direito de produzir inverdades. São coisas distintas, senhores. Em qualquer País Democrático tem o direito ao silêncio, mas não tem o direito de mentir. Por isso, precisamos modificar essa situação no Brasil. Infelizmente, essa questão é uma pauta federal, art. 22, Inciso 1º de nossa Carta Magna, que compete à União legislar sobre direito penal. Motivo pelo qual, estou montando um grupo de estudos, capitaneado pelo Delegado Xerifão, com juristas, com promotores, com juízes, se quiserem participar, para confecção de um projeto federal, para colocarmos barreiras a esse problema que existe em nosso País. Digam-me vocês o que tem a ver o direito ao silêncio com o direito de produzir mentiras? E o nosso Supremo Tribunal Federal, que é uma vergonha – e levanto agora, neste momento, minha imunidade parlamentar, formal e material –, o Supremo Tribunal Federal, utilizando palavras difíceis, um linguajar técnico, diz que é permitida a produção do inverídico. Deputado Arruda, segundo o Supremo Tribunal Federal, é possível a produção do inverídico. Mentir agora se chama “produção do inverídico” porque querem enganar a população! E essa é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que rasgou a Constituição Federal, que rasgou o Código Penal, que rasgou o Código de Processo Penal! E, hoje, todas as perseguições penais no Brasil têm problemas. Eu tive problemas como delegado. Eu vou ouvir alguém, a pessoa tem o direito legal de mentir e de produzir uma situação fantasiosa. Vou ouvir uma mulher que é investigada, por exemplo, por matar o marido. Além do direito ao silêncio, o Supremo dá o direito dela mentir, e aí ela conta... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito, V.Ex.^a passa a usar o horário do União Brasil.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): A mulher diz que o sócio estava ameaçando de morte o seu marido, por falcatrusas na empresa e assim por diante, e cria toda uma estratégia jurídica para no Tribunal do Júri, depois, dizer: “*Veja bem, havia esse boletim de ocorrência feito pela mulher que trazia essa versão, que a Polícia não conseguiu investigar direito*”. Tudo para levar a absolvição. Mentira! É a produção do inverídico, segundo o Supremo Tribunal Federal. O perjúrio tem que ser crime no Brasil. Estamos debatendo esse tema, esse grupo de estudo está sendo formado, queremos produzir um Projeto de Lei, de forma direta, punindo criminalmente o perjúrio, ou então interpretando, sim, interpretando o direito ao silêncio para não abarcar, para não abranger o direito de mentir. O direito ao silêncio é uma coisa, o direito de mentir é outra. Para aqueles que não conseguem entender eu vou desenhar. O Estado fomenta condutas. O Estado diz para sociedade aquilo que é certo e o que é errado. O Estado perpassa para sociedade aquilo que nós desejamos. Então, imaginem o Estado pai chegar para o filho que acabou de quebrar o vaso em casa, o filho quebra o vaso em casa e o pai pergunta: “*Meu filho, quem quebrou o vaso?*” O direito ao silêncio é ele se omitir. O menino ou a menina diz: “*Não sei. Não quero falar, pai*”. Agora, esse mesmo menino, essa mesma menina dizer: “*Olha, quem quebrou foi o vizinho.*” Ou: “*Quem quebrou foi a empregada*”. Será que isso é uma conduta que se espera em uma sociedade? A mentira? E é isso que o Estado fomenta, diz que é permitida a mentira por parte de criminosos! E isso atrapalha a persecução penal. Precisamos urgentemente modificar a legislação federal. Por isso, na omissão do legislativo federal, vamos então formar um grupo de estudos com juristas para trabalharmos esse tema, que importa e muito para persecução penal, que importa e muito para sociedade, que leva à impunidade situações gravíssimas no Tribunal do Júri. A mentira não pode ser regra, o perjúrio tem que ser crime. Aqueles que tiverem conhecimento jurídico e tiverem interesse em participar do nosso grupo de estudos coloco o nosso gabinete à disposição. São sementes plantadas, é uma gênese para

acabarmos com o País da impunidade, para acabarmos com o País que a bandidagem se dá bem, para acabarmos com a triste realidade de réus tumultuarem o inquérito, tumultuarem o processo com versões que não são verdadeiras, e não responderem depois por isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito boa tarde a todos os Parlamentares e ao povo do Paraná que nos acompanha hoje. Subo à tribuna hoje, Sr. Presidente, para falar sobre o território de Guaraqueçaba, em especial falar do Território Caiçara da Baía dos Pinheiros, da Ilha das Peças, da Ilha do Superagui, e as comunidades no seu entorno. Eu estive presente pessoalmente, Sr. Presidente, na comunidade de Vila Fátima, semana passada, onde foi feita a entrega deste estudo superimportante feito pela Universidade Federal do Paraná, pelo Lageamb, um órgão de pesquisa superimportante da nossa universidade, capitaneado pelo Professor Eduardo Vedor, com diversos e diversos pesquisadores e pesquisadores, que realizou a entrega deste documento. Este é um dos documentos, deputados, mais importantes que nós temos para o desenvolvimento sustentável de verdade do nosso Litoral Norte, em especial das comunidades de Guaraqueçaba. Este é um estudo que foi feito com o patrocínio da Petrobras, também com o apoio do ICMBio, da SPU, e do próprio Ibama, e que vai subsidiar, deputados e deputadas, um processo necessário de regularização fundiária dessas comunidades e do reconhecimento delas enquanto comunidades tradicionais do nosso Estado, do povo caiçara do nosso Litoral, dos saberes e da cultura caiçara. Nós estamos falando, deputados, de diversas comunidades, e aqui vou fazer questão de nominá-las, porque muitas vezes é isso, as coisas não são nominadas e parece que elas não existem. E nós estamos aqui, deputados, e faço um convite para quem não conhece essa que é uma das regiões mais lindas e incríveis não só do nosso Paraná, mas do Brasil e do mundo: o território do Superagui, o território da Ilha das Peças. Isto aqui está dentro de uma unidade de conservação, o Parque Nacional do

Superagui. Temos aqui a comunidade da Barra do Superagui, do Saco do Morro, de Bertioga, Barbados, Ilha do Pinheiro, Tibicanga, Guapicum, Laranjeiras, Vila das Peças, Canudal, Sebuí, Vila Rita, Abacateiro, Vila Fátima, Rio dos Patos, Varadouro, Ararapira e Barra do Ararapira. Dessas comunidades, Sr. Presidente, oito, em pleno 2024, não têm acesso à energia elétrica ainda. Existem diversas demandas, necessidades de políticas de educação, de políticas de acesso à saúde, de políticas de infraestrutura e de políticas de regularização fundiária. São comunidades tradicionais que se veem ameaçadas por grandes projetos, muitas vezes que se colocam como aqueles que vão trazer o progresso, que vão trazer as políticas públicas, e que condicionam o acesso às políticas públicas à implantação desses grandes projetos. Há uma demanda muito importante, Sr. Presidente, e isso encontra eco no Projeto de Lei de licenciamento que estamos aqui discutindo, por exemplo, sobre a OIT 169, a consulta livre, prévia e informada, prevista pela Organização Internacional do Trabalho, da qual nós Nação Brasileira somos signatários, que prevê que grandes projetos, projetos do poder público ou da iniciativa privada, que vão impactar comunidades tradicionais, comunidades indígenas, povos tribais, devem passar por um processo de consulta livre, prévia e informada. Por que eu falei que o projeto do licenciamento encontra um eco negativo nessa disposição da qual somos signatários? Justamente porque ele não contempla a consulta livre, prévia e informada. É um projeto também que fragiliza os direitos das comunidades tradicionais, assim como fragiliza o meio ambiente do Estado. Mas fato é, Sr. Presidente, que estamos aqui, fiz questão de usar este Pequeno Expediente para fazer este registro sobre essas comunidades esquecidas pelo Poder Público, e que precisamos envidar todos os esforços para o desenvolvimento sustentável desse território – um desenvolvimento que contemple a preservação da natureza, bem como a preservação dessas comunidades tradicionais. E aqui concluo, Sr. Presidente, falando sobre o projeto que foi ventilado, de certa forma, pela imprensa e pelo Governo do Estado, da dragagem do Canal do Varadouro... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, um minuto para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): O Canal do Varadouro, Sr. Presidente, essa conexão feita pelo homem, não é uma conexão natural, entre a Baía dos Pinheiros até a área de Ariri, lá de Cananéia. O Canal do Varadouro, diz o Governo do Estado, que vai ser dragado. Quero só lembrar, e aqui peço ao Líder Governo, com quem temos um muito bom diálogo, ao vice-líder também, que a Sedest responda o requerimento feito em 2023, março de 2023, se não me engano, Deputado Gugu, sobre os detalhes desse projeto, até hoje não recebemos. Quero dizer da importância de fazermos uma audiência pública, de termos acesso a todos os projetos que envolvem as consequências desse projeto de dragagem do Canal do Varadouro, mas lembrando que ele não pode ser condicionante para implantarmos as políticas públicas necessárias para o povo caiçara do Litoral Norte do Paraná...
(É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Só para agradecer, Sr. Presidente. Então, aqui nossos parabéns a todo grupo do Território Caiçara, todo mundo que esteve envolvido, a todos os órgãos que estão envolvidos. E dizer que, no ano que vem, faremos uma audiência pública no início do primeiro trimestre para tratar desse tema e dar a visibilidade que ele merece. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda, pelo PL.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas, Deputados e todos que acompanham aqui esta Sessão Plenária. Primeiro assunto de hoje, como havia divulgado, tive a reunião hoje com o Governador Ratinho Júnior para debater um assunto importante, que é este absurdo da obrigatoriedade da vacina em crianças de seis meses a cinco anos. Isso aqui é uma vergonha no Brasil. Óbvio que foi colocado pela Ministra do

Governo Lula, que é uma psicóloga, não é médica, e fez essa besteira, esse ato irresponsável. O Brasil hoje é o único País do mundo que exige vacinar criança de seis meses a cinco anos de idade. Inacreditável que tem gente que travou a cabeça em 2021, durante a pandemia. A evolução da Medicina em relação à Covid, nossa, mudou muito, e têm uns bitolados que continuam ainda batendo palmas para esse lixo desse experimento que não resolve nada, ao contrário, tem causado gravíssimos efeitos colaterais e óbitos, sem contar as mortes súbitas que triplicaram, principalmente em jovens. É criança tendo infarto, criança com sete, dez anos tendo AVC, trombose, pericardite, miocardite, e aqui ninguém fala nada. É impressionante! Aqui no Brasil não se fala. Parece que é proibido falar a verdade aqui, mas não vamos ficar quietos. Conseguí hoje explanar ao Governador Ratinho Júnior. Falamos da nossa lei aqui, a lei que ele sancionou, a Lei n.º 21015/22, que proíbe a obrigatoriedade da vacina do Covid no Estado do Paraná. Eu creio que o Estado do Paraná vai tomar alguma atitude tornando essa vacina optativa. O pai e a mãe que quiserem dar a vacina, ótimo, dê a vacina a seus filhos. Ela estará disponível pela Secretaria de Saúde do Paraná, mas obrigar não. Não tem cabimento. Isso aqui não é uma brincadeira, é uma questão de vida. A criança pode perder a vida ou pode ter uma sequela gravíssima de efeito colateral. E outra, o que adiante tomar esse experimento, quem tomou pega e transmite, não resolve nada para ninguém. No mundo inteiro, você pode viajar para qualquer lugar do mundo, ninguém mais fala em Covid e vacina do Covid, ninguém exige mais essa porcaria, mas tem que ser esse desgoverno Lula para fazer mais essa besteira. Não basta destruir a economia do Brasil, saquear o Brasil, não, eles querem tirar a vida dos brasileiros. E sempre sendo ditadores, querendo impor, multar pai e mãe, tirar a guarda de filho. Ora, isso não tem cabimento. E creio que, depois dessa conversa, o Governador tomará a atitude correta e vai apaziguar esse tema aqui no Estado do Paraná, o que é muito importante e tenho lutado muito nessa causa aqui. Espero que as pessoas que foram prejudicadas durante o Covid tenham um pedido de desculpas ou tipo aqui em Curitiba ou outros municípios que multaram empresários, durante o Covid, que anulem essas multas, como São Paulo já fez, porque essa multa foi errada, foi

criminosa. O *lockdown* foi uma coisa inútil e criminosa que quebrou a economia. Já que na Prefeitura agora temos um novo prefeito eleito, o Eduardo Pimentel e o vice Paulo Martins, espero muito que eles corrijam o grande erro que o Greca cometeu aqui, e não teve um pingo de vergonha na cara e humildade para se desculpar pelos erros que cometeu durante a pandemia do Covid. Ele devia estudar mais um pouquinho. O Paraná é o Estado da inovação, então vamos mandar o nosso pessoal que cuida da saúde, vão lá para Portugal, vão para o Japão, viajem e vão ver o que acontece no mundo em referência à vacina de Covid, pelo amor de Deus. Em Portugal é proibido vacinar criança; o Japão nem se fala nessa vacina mais; nos Estados Unidos está cheio de processo que a Pfizer já tomou e já perdeu. Enfim, estou bem otimista com essa reunião do Governador e creio que esse problema aqui iremos resolver. Outro assunto aqui que também é importante. O Partido do PT, gente, eles são extremamente competentes em mentiras, mentem com a maior cara de pau, é impressionante isso. O Ministro Haddad, que com certeza é o pior Ministro da Fazenda que o Brasil já teve, de longe é o pior, outro dia ele foi, em horário nacional, ficou sete minutos falando de como está bom o Brasil. Você que me acompanha deve concordar com ele, não é? Alimento explodiu o valor, para ele está bom. Poder de compra do povo virou pó, certo? Porque tudo aumentou, o salário-mínimo não aumenta e nenhum salário tem aumentado. Combustível explodiu o valor, tudo mais que R\$ 6; energia explodiu o valor; o gás explodiu o valor. O dólar, gente, chegou a R\$ 6,00. Nunca chegou a esse patamar. Acho que desde 1994 que não tem esse valor absurdo. E não teve nenhuma pandemia não. A única grande crise que tivemos é esse desgoverno corrupto, incompetente assumir o poder. Alguém tinha alguma dúvida que ia acontecer isso no Brasil? Só que não imaginávamos que seria tão rápido. A dívida bruta do Brasil está em R\$ 9 trilhões. Vocês têm noção desse valor R\$ 9 trilhões! E o Haddad falou que o Brasil está indo bem, está super bem, a inflação controlada, a economia está muito bem. Ora, que cara que não tem um pingo de vergonha na cara. Das dez moedas que mais perderam valor, se desvalorizaram, o Brasil está em décimo lugar. Então, como é que pode dizer, com a maior cara de pau, que a economia está bem, que o Brasil está bem?

O Brasil está literalmente quebrado e não tem como melhorar. Sabe por quê? Porque eles continuam da mesma forma, fazendo das estatais cabide de emprego, desviando dinheiro público. O rombo das estatais está em mais de 10 bilhões, o Bolsonaro entregou com 188 bi, de lucro. Eles gastaram tudo, torraram todo o dinheiro. Óbvio que não tem dinheiro que chegue, não tem controle de gasto. Por essa razão, também, a inflação tendência de alta. Os juros futuros, tendência de alta. Bolso de Valores caiu, explodiu. Investimentos internacionais – estão fugindo do Brasil. Mas, para o Haddad ele pega o violão dele e está tudo bem. O Lula deve pegar a cachaça dele, tomar e eles ficam cantando juntos que o Brasil está bem, porque são campeões de mentiras. E tem parte do povo que acredita. É inacreditável! É só ver os números do Brasil, eu citei alguns aqui. Se formos nos aprofundar não tem um número bom neste País. O único número bom que tem e que é alto é da corrupção, é o único, do desvio do dinheiro público. A única coisa boa que temos para dizer é que o Brasil hoje, hoje, estará bem melhor do que amanhã, porque amanhã vai estar pior, porque o PT continua no Governo. Então, temos dois anos ainda desse desgoverno no Poder, com certeza as coisas vão piorar e não que queiramos não, porque torço pelo meu Brasil, mas quando você põe o Ali Babá e os Quarenta ladrões no Poder não temos a mínima chance de dar certo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, Nobres Deputados e Deputadas. Venho a esta tribuna, Deputado Hussein Bakri, para comentar um pouco do desafio desta semana, que é o desafio de votarmos, aqui, a lei das licenças ambientais. Nos últimos dias, me debrucei sobre a matéria. É um assunto sempre delicado, sempre complexo de ser tratado, mas penso que pertinente e digo o por quê. Em que pese todas as alegações e, claro, que também preferiria e prefiro discutir a matéria sem urgência, mas é uma matéria necessária de ser debatida, ser discutida, porque temos um ordenamento praticamente todo ele feito por meio de resoluções e normativas. Então é muito melhor e, inclusive,

ambientalistas defendem que tenhamos lei para tratar do tema. E o que está sendo feito é isso: transformando em lei o tema das licenças ambientais. Então, desse ponto de vista, penso que é muito positivo que estamos debatendo. E por que falo isso hoje e não amanhã? Porque amanhã teremos que deliberar sobre as emendas. E quero chamar uma reflexão, aqui, sobre o assunto. Primeiro, dizer que quando não se tem clara as normas e quando não se tem celeridade no processo, um processo mais racional, abrimos margem, sim. Na minha opinião, o Poder Público abre margem para que haja jeitinho, para que dê um jeito e que tenhamos até o fenômeno do “jeitinho” beneficiando a infração e a corrupção no meio público. Então, o nosso grande desafio é fazer valer aquilo que a lei diz. E nesse sentido penso que é positivo, porque é preciso, inclusive, para dar segurança jurídica a quem delibera. Sabemos que hoje têm muitos agentes, técnicos ambientais que não gostam de colocar sua caneta em nada, não querem assinar nenhum parecer porque têm medo justamente porque não se sentem amparados pela lei. Dito isso, penso que é sim oportuno avançar no tema e tivemos a primeira deliberação semana passada. E quero chamar a atenção, Deputado Hussein, para um aspecto: a Lei Geral de Licenciamento que foi aprovada na Câmara Federal está no Senado para ser deliberada, e achei interessante saber que Mesa Executiva do Senado tomou a seguinte iniciativa, Deputado Hussein, colegas deputados e deputadas. Tomou a iniciativa de pedir um estudo sobre duas Encíclicas do Papa Francisco e um estudo sobre uma exortação apostólica, uma mensagem do Papa sobre a natureza. E, no ano que vem, a Campanha da Fraternidade vai tratar novamente sobre o tema do meio ambiente, vai falar sobre a natureza. Então, a Mesa Executiva do Senado deliberou um estudo como esse. Isso chama a atenção porque mostra a preocupação de escutar vários segmentos, setores, e a preocupação, obviamente, do Papa Francisco que tem sido reiteradas vezes, recorrentemente tratando do tema do meio ambiente. O que temos diante de nós amanhã, para votarmos, é uma lei que pode sim conter avanços, ela pode contar avanços porque um conjunto de mais de 100 artigos e resoluções estão sendo transformados em cinquenta e poucos artigos, em 50 artigos em uma lei. No entanto, e aí é que vem

a minha fala, que nós temos a profunda necessidade de que amanhã esta Casa possa considerar as emendas que foram aqui protocoladas, que tenhamos por parte da Liderança do Governo esse zelo que tem tido, Deputado Hussein tem tido esse zelo, esse cuidado conosco. No entanto, um zelo ainda maior, que é um tema altamente atual, um tema exigente, complexo, que nós precisamos do cuidado dessa análise e que tem 47 emendas protocoladas, aptas a serem analisadas amanhã pela CCJ, protocoladas dentro do prazo. Então, a nossa necessidade é que as emendas que foram protocoladas na semana passada sejam consideradas. Obviamente, não estou dizendo aqui que todas as emendas terão de ser acatadas, mas existem emendas ali, Deputado Hussein, que elas melhoram, melhoram por demais o Projeto, salvam ali elementos que são confusos ou que são, na minha opinião, equívocos do Projeto e que precisam desse cuidado. Na verdade, essa minha fala de hoje é um apelo ao Deputado Hussein, à Mesa Executiva, aos Deputados e Deputadas, que todos nós tenhamos o cuidado, o zelo de analisar essas emendas. Por quê? Porque delas virá um projeto que poderá ser um projeto melhor, um projeto que ofereça mais segurança jurídica, um projeto que dê mais tranquilidade e que possa permitir de verdade avanços para a sociedade paranaense. E o Paraná, e penso que o Governador, quer sair na frente em relação a esse tema. E para sair na frente é preciso que nós possamos evitar alguns erros. Agora, como em outros momentos, é hora do Poder Legislativo também mostrar o seu valor, a sua capacidade, porque os deputados e deputadas foram capazes de produzir boas emendas, algumas inclusive eu discordo de algumas emendas, mas, na minha opinião, temos um bom rol de proposições de emendas que podem, sim, na minha opinião, contribuir com o Projeto. O que quero dizer que não é razoável alguém esperar oito meses para uma licença de um empreendimento de baixo impacto, com potencial poluidor baixo, não é razoável. Não é razoável esperar uma licença por dois, três anos, ou vai haver uma omissão em relação a isso. Então é bom que estejamos discutindo esse assunto. No entanto, é muito razoável que possamos nos debruçar, cuidar com o que estamos fazendo, para que o texto aprovado, amanhã ou na quarta-feira ou na semana que vem, possa ser um texto que não signifique

de verdade retrocessos em relação ao que nós temos. Deputado Goura com o aparte.

Deputado Goura (PDT): Deputado Evandro, primeiro parabenizá-lo por usar o Horário da Liderança para tratar desse tema tão importante. O Deputado Luís Corti também trouxe sua perspectiva anteriormente. E acho que a Casa ganha quando usamos o nosso tempo aqui justamente para discutir o texto, a redação, as perspectivas que a Legislativa traz. Queria apenas destacar que dessas emendas todas que o senhor trouxe, 47, se não me engano, a importância, muitas delas de diversos parlamentares, mas que o Governo também leve em consideração a nota técnica do Ministério Público, que foi devidamente encaminhada, aqui, para o Governo do Estado do Paraná, a nota técnica do Ibama que aponta também diversos pontos sensíveis, e que possamos avançar em um texto constitucional, um texto que proteja o meio ambiente e que garanta segurança jurídica para os empreendedores, para os agricultores, mas na perspectiva de que nunca cause detimento ou prejuízo ao meio ambiente. Temos que avançar na busca pelo enfrentamento das mudanças climáticas. Então esperamos, sim, que as emendas sejam acatadas. E concluo, deputado. As emendas que tratam do Conselho Estadual do Meio Ambiente têm uma extrema importância, por ser uma instância de participação popular, participação democrática, como prevê o texto constitucional do licenciamento.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Acho, Deputado Goura, obrigado pela contribuição sobre o Conselho. É sim muito importante a palavra do Conselho, mas o Conselho não deliberava exatamente sobre as licenças, sobre o processo de licenciamento. O que temos é o desafio de que o Conselho seja respeitado, também propus uma emenda que muda em parte a redação proposta em relação ao Conselho. No entanto, têm outras emendas ali também que dialogam com a demanda que V.Ex.^a mencionou do Ministério Público e, também, a nota do Ibama. Penso que podemos sair com um bom texto, com um texto que mostre que o Estado do Paraná está à frente, que o Governo do Estado foi ousado ou corajoso de tratar o tema, mas um texto muito responsável, muito cuidadoso e que

possa oferecer, obviamente, um processo mais racional do licenciamento e que possa oferecer também segurança, a proteção do nosso Estado do Paraná no quesito sustentabilidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Evandro, por favor, para concluir.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Obrigado, Deputado Traiano. No quesito proteção ao meio ambiente. Muitas das preocupações colocadas pelos deputados e deputadas são elencadas ali, algumas até têm respaldo em legislação federal. Então, têm coisas que estão sendo ditas também que não procedem, mas se tivermos o cuidado em acatar algumas emendas aqui o nosso texto ficará muito bom. O meu apelo é nesse sentido, Deputado Hussein, que tenhamos de V.Ex.^a, acho que é uma matéria diferente de outras matérias, que temos tramitando aqui. Talvez, uma das matérias mais importantes do ano é esta matéria, que tive, obviamente, um posicionamento favorável à tramitação, mas quero ver avançarmos por meio das emendas, que são as contribuições legítimas que esta Casa oferece na matéria. Obrigado, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Boa tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero cumprimentar a Mesa Diretora, os deputados e deputadas, todos e todas que acompanham a nossa sessão a distância. Um cumprimento a todos e a todas que estão presentes aqui na Assembleia acompanhando esta sessão. Quero fazer um cumprimento especial ao Comando Sindical Docente das setes universidades estaduais do nosso Estado, que estão hoje na Assembleia, visitando mais uma vez a Assembleia, trazendo mais uma vez demandas que são importantes para o desenvolvimento do Estado do Paraná, porque o desenvolvimento passa pelas nossas universidades, passa pelas nossas escolas, passa pela educação. Não há desenvolvimento possível, em nenhum lugar do mundo, que não passe pela educação. Quero cumprimentá-los, dizer que recebo do Comando Sindical

Docente das Sete Universidades um relatório do terceiro seminário sobre a LGU – Lei Geral das Universidades. Debatemos esse tema aqui na Assembleia, fizemos audiências públicas, entendemos que era um projeto ruim para as nossas universidades e está confirmado. E ingressamos na justiça, a Oposição se organizou e ingressamos na justiça. Era para ter o julgamento, inclusive, na data de hoje, ele foi adiado. Entendemos que foi um erro aprovar a LGU, porque ela retira a autonomia das nossas universidades, colocando a universidade tendo que pedir dinheiro ao Secretário da Fazenda, tendo que ficar implorando para fazer concurso, e faltando professores e faltando servidores, tendo que implorar para criar um curso ou para a manutenção de um curso, ou para fazer uma pesquisa tão necessária, ou para fazer a extensão. Universidade não é só ensino, é um tripé: ensino, pesquisa e extensão. Do contrário, não se pode chamar de universidade. Este ataque às sete universidades do Estado do Paraná tem produzido prejuízo ao desenvolvimento do Estado do Paraná, prejuízo à educação superior nas sete universidades estaduais que temos no Estado. Assiste razão aos nossos professores, professoras, funcionários e funcionárias das nossas universidades, aos nossos estudantes, que se levantam e aqui estão representados pelo Comando Sindical Docente. Então, tem todo o nosso apoio. Queremos que a LGU seja de fato reprovada na justiça, porque não conseguimos reprovar nesta Casa, muito embora a Oposição votou contra, perdemos no voto, buscamos o caminho da justiça. Mas, também, o Governo pode rever. O ano que vem é o ano de reavaliar esse período da implementação da LGU. O Governo pode fazer antes da justiça, inclusive, esse recuo para devolver às universidades do Estado do Paraná a sua autonomia e fazer com que as universidades voltem a crescer em ensino, em extensão e pesquisa, para o desenvolvimento do nosso Estado. Também o comando traz aqui uma crítica e eles estão tratando do auxílio-alimentação, pedem isonomia e solicitam um tratamento que seja justo, que inclua todos os servidores e servidoras das universidades e não só uma parte daqueles que atuam nas universidades, incluir todos os professores, mesmo os contratos temporários que não foram incluídos, incluir também os trabalhadores técnicos que não foram incluídos. Mas, vai para além a crítica feita aqui neste documento,

neste boletim que recebi do Comando Sindical Docente. Reclama aqui da reposição salarial da data-base, e está correto. O Governo precisa repor a inflação pelo menos uma vez por ano, na data-base, para manter o poder de compra de todo servidor do Estado do Paraná. Isso está fundamentado no Inciso X, do art. 37 da Constituição Brasileira, e temos Lei Estadual que regulamentou a Constituição Federal no que diz respeito a repor a inflação, para manter o poder de compra do salário dos servidores, e que vai para todos os servidores. Pego aqui, também, um gancho nesse documento para falar dos demais servidores que não estão nas universidades e que não foram incluídos para o recebimento do auxílio-alimentação. Já citei aqui em outros momentos, cito novamente: professores da educação básica ficaram de fora. Ganham o menor salário entre todos os servidores do Poder Executivo e ficaram de fora. Aposentados, aposentadas, também ficaram de fora. Esta é uma fórmula que faz com que o tratamento seja diferenciado. Atende uma parte, deixando outra parte, que também podia ser beneficiada, de fora. Nós aqui votamos o projeto, entendemos que é importante incluir mais servidores, votamos o aumento do valor do auxílio-alimentação, mas é importante que inclua quem foi excluído, que o Governo mande para cá um outro projeto incluindo os servidores e servidoras que ficaram de fora. É importante também dizer a todos os servidores do Paraná que mesmo o projeto tendo sido votado no final de novembro, e será votado de novo na sessão de hoje, ele será retroativo a 1.^º de outubro. Então, é importante que o Governo quando propor a inclusão dos outros servidores, que foram excluídos, também o faça retroativo a 1.^º de outubro, porque é uma questão de justiça a esses servidores e servidoras que também podiam estar incluídos. Quero parabenizar aqui o Comando Sindical Docente. Estamos com representação aqui na tribuna, estamos com representação aqui também nas galerias. Quero parabenizar e dizer que tem o nosso apoio a essas reivindicações trazidas aqui na Assembleia, porque elas são justas e devem ter o apoio deste Poder, que é o Poder Legislativo do Estado do Paraná. Quero ainda para encerrar, Sr. Presidente, fazer um apelo mais uma vez ao Governo para que suspenda esse programa chamado “*Parceiro da Escola*”, porque ele desagrada a maioria da população e, certamente, não fará bem. O

Secretário está propondo fazer a consulta nos dias 6, 7 e 8, que suspenda essa consulta, que suspenda esse programa, porque ele não fará bem à educação básica do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito eleito de Apucarana, Sr. Rodolfo. Seja bem-vindo à nossa Casa aqui. Com a palavra o Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A verdade é sempre bem-vinda e é obrigação daquele que ocupa cargo público, é uma autoridade, é uma pessoa que tenha compromisso com a sociedade, deixar ela esclarecida. Eu prestei atenção na trágica e deselegante fala do meu companheiro aqui de Plenário, Deputado Ricardo Arruda, quando fala sobre o Brasil, quando fala sobre números, que não são verdades, são números que vêm muito provavelmente dos grupos das bolhas bolsonaristas de *WhatsApp*, aquele comando para se falar alguma coisa para tentar distorcer a realidade existente. E quando é atacada a economia do Governo temos que deixar claro aqui. No primeiro ano do Governo do inominável, em 2019, o PIB foi de 1,2%. No segundo ano do Governo do mesmo, 2020, foi de menos 3,3%. No primeiro ano do Governo do Presidente Lula foi de 2,9%. A previsão para o ano que vem é de 3,5%. Essa é a verdade. O IPCA, que é o Índice de Preço ao Consumidor, em 2021, que é o primeiro ano daquele Governo trágico, 8,3%. O nosso primeiro, 2023, 4,6%, metade praticamente. O desemprego no Brasil, no primeiro ano do Governo passado 11,9, no segundo 13,7. No ano de 2023, primeiro ano do Governo Lula, 7,9; este ano, último trimestre, 6,3%. É a verdade. O PIB per capita em dólar, em 2020, era de apenas 6.923. No ano passado, 2023, foi de US\$ 10 mil e 43. O saldo externo de bens e serviços com relação ao percentual do PIB, em 2019, foi negativo, menos 0,64%; nosso Governo 2,37% positivo. É essa a diferença. O valor do salário-mínimo, no primeiro ano do trágico Governo, R\$ 998,00, representou um crescimento real de menos 0,25% na vida do povo. Em 2020, que é o segundo ano, ele foi para R\$ 1.045,00, representou 1,1% de crescimento real. Em 2023, primeiro ano do Governo Lula, salário-mínimo R\$ 1.320,00, 2,18 de crescimento real na vida das

pessoas. Em 2024, R\$ 1.412,00, 3,14 de crescimento com relação ao Governo anterior, já colocado. E a carga tributária tão falada, tão discursada na bolha mentirosa: em 2021, no Governo assombroso, ela era de 32,6% com relação ao Produto Interno Bruto; em 2023, ela caiu para 32,4, diminuiu; e assim vem acontecendo. E agora que o Governo vai anunciar medidas de justiça tributária, de justiça social, que é mexer na tabela de Imposto de Renda, vem a choradeira. Quando é isentado Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, significa que 20 milhões de pessoas do Brasil vão deixar de pagar imposto, vão ter um recurso a mais para comprar no mercado, para comprar no bairro, para fazer a economia crescer, em uma coisa que Keynes chamava de efeito multiplicador, é o dinheiro que fica no mercado. E aí, além de isentar esses que ganham até R\$ 5 mil, foi feito uma redução de alíquota para quem ganha também de R\$ 5.000,00 a 7.500,00. Ao todo, esses dois movimentos, entre redução e isenção, vão beneficiar 26 milhões de pessoas. E qual é a medida de compensação que foi feita? Aumentou a alíquota de Imposto de Renda para quem ganha mais de R\$ 50 mil. E tem ainda aqueles, que isso representa um universo de 100 mil contribuintes apenas, defendendo os 100 mil contribuintes e criticando que terão 26 milhões de pessoas beneficiadas. Isso porque é orientado para fazer, aí vem com um discurso mentiroso aqui, um discurso que tenta desviar da realidade, uma guerra de informação para fazer uma guerra cognitiva. O que é guerra cognitiva? Tentar adentrar à mente das outras pessoas distorcendo a realidade. É isso o papel que se presta aqui o Deputado Arruda, por exemplo. E o Arruda é um exemplo do “n” exemplo de cegos fanáticos do Bolsonaro, viúvas do Bolsonaro, viúvas daquele que vai ter problema futuramente porque é golpista. O discurso aqui é engraçado, que antigamente era assim: *“Bandido bom é bandido morto”*. Agora, bandido bom é aquele bandido que pede anistia. Qual é a diferença do Lula para o Bolsonaro? O Lula, quando acusado, falou: *“Quero justiça. Quero poder me explicar e que a justiça seja feita na sua plenitude”*. Qual foi a primeira coisa que o Bolsonaro fez agora? *“Eu quero anistia!”* Por que anistia? Porque é culpado, porque ele admite que é culpado. E aí traz este debate com todas as menções de golpes colocadas aqui, 25 militares envolvidos de 37 pessoas, quatro

Ex-Ministros, um Ex-Presidente da República, um ex-candidato a Vice-Presidente, neto de Presidente da Ditadura Militar, e aí querem destoar da realidade vindo criticar o preço do dólar. O preço do dólar está acontecendo isso porque a Faria Lima ficou indignada que está arrancando dinheiro do orçamento para dar para pobre. E toda vez que a Faria Lima está brava, o povo está feliz; toda vez que estão preocupados que está tendo movimento econômico pró ao menos favorecido eles estão indignados, porque o dinheiro não vai mais para a especulação financeira, para investir na Bolsa da Valores, para ganhar dinheiro sobre rendimento de juros, vai ser tirado de lá para o pobre consumir. E essa indignação é o que toma conta aqui de alguns Parlamentares, que não sabem fazer outra coisa a não ser criticar o Lula. Eu fico pensando daqui a seis anos, quando o Lula deixar de ser Presidente, porque vai ficar mais dois e vai se reeleger mais quatro, o que vão fazer da vida? Porque a pauta aqui não é o Paraná, é o Lula. A pauta aqui é o PT. A pauta aqui são os Deputados da Oposição. Oh, gente, vamos nos posicionar com essa firmeza aqui contra os Projetos vindos do Palácio Iguaçu que ferram o povo. Quando vocês defenderam? Por que vocês não subiram com essa ênfase, com esse radicalismo para defender a venda da Copel? Por que vocês não vieram aqui e falaram: “*Sou a favor de vender as escolas porque é bom*”. Por quê? Agora, para atacar o PT, para atacar o Lula sobe e fala ainda de forma deselegante. Não consegue fazer um discurso com começo, meio e fim, é um discurso que começa com um nome, vem um xingamento, volta, xinga, volta, xinga, xinga, xinga! Aí pega o celular, olha no grupo do WhatsApp a orientação do dia: café da manhã, falar que o Lula é barbudo; no almoço, falar que o Lula faltou de ir hoje em tal reunião; à noite, falar que o Brasil está em crise. “*Ah, mas não era para falar só dessa forma! Amanhã eu completo*”. É um boneco de manipulação, está sempre orquestrado para produzir mentira! Enquanto isso, estamos aqui com vários Projetos importantes do Estado que não têm a discussão adequada. Gente, entendam uma coisa: Perdeu a eleição e vai perder de novo. E não adianta vir com esse discurso aqui de criticar o Haddad, que anunciou uma medida econômica boa, querendo dizer que o Brasil está indo mal porque os amiguinhos do dólar, da Bolsa de Valores espremeram

para o dólar subir, espalhando desconfiança no mercado, porque o dinheiro não está mais na especulação. É simples assim! E vou dar um recado para vocês, sério: No ano que vem, vai baixar a taxa de juros. E quero ver aquele corajoso que vai vir aqui dizer: *“Eu sou a favor da taxa alta de juros”*. Vão vir aqui e vão defender que o povo não tenha dinheiro e que os juros sejam altos, para dar lucro para os bancos. Vamos ver se vão ter coragem de estar aqui!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): E já fica o recado: se vier com discussãozinha baixa tentando tampar a realidade com mentira, com *fake news*, vai ter resposta como esta de hoje. Se vier com agressividade, ofendendo as pessoas, falando asneiras, xingando partidos políticos, organizações, descredibilizando o STF, xingando as instituições, vai ter resposta no pé da letra. Chega de mentira! Aqui ninguém é destoado da realidade. Não tenho dissonância cognitiva. Não tenho! Não sou distópico, conheço a minha cidade, meu Estado e o meu Brasil e sei quanto estamos avançando ao retrocesso, à estagnação e à violência que o Brasil sentiu de 2019 a 2022. Fora, Bolsonaro!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente e colegas, quero desejar a todos e todas uma semana abençoada. Ouvi atentamente o Deputado Professor Lemos, ele que tem na Liderança do Governo as portas abertas para discutir sempre os temas necessários, mas em relação a essa questão da Escola Parceira o senhor tocou no tema e deu a resposta. Talvez, o senhor não tenha se tocado! O senhor disse que era importante não fazer a votação em um Projeto que a população é contra, totalmente contra. É simples: se a população é contra, vai lá, vota contra e o Projeto não é aprovado. Ou estou errado? Simples assim. A Secretaria, Deputado, ampliou os dias de votação: será na sexta-feira, 6 de dezembro, das 8 às 23 horas; 7 de dezembro, sábado, das 8 às 17 horas; e 9 de

dezembro, segunda, das 8 às 20h30. Ela ampliou, facilitou a vida dos pais e, evidentemente, que só não vai alcançar quem não quiser! Um vai votar contra, que é um processo democrático que pode acontecer em algumas escolas, aliás, acho que acontecer em algum lugar, porque é o processo democrático em processo normal. Quero dar uma boa notícia, Sr.^s Deputados e Deputadas. Pela primeira vez na história, a Secretaria de Estado da Educação está disponibilizando kits de material escolar para todos os alunos da rede pública estadual: caderno, lápis, caneta, entre outros. Isso vai iniciar no ano letivo de 2025 e serão distribuídos quase 911 mil kits, que vão contemplar alunos do ensino fundamental 1, fundamental 2, ensino médio e educação de jovens e adultos, o EJA. O investimento para tal será de aproximadamente R\$ 43 milhões. Esses kits serão entregues diretamente nas escolas a partir de hoje já. Portanto, eles já vão entrar no ano letivo com esse material. Quero dizer que, no último final de semana, o Paraná lançou o *Verão Maior*. Esse projeto teve um show com mais de 600 drones, o que marcou de forma significativa o lançamento. Será a maior edição da história, com shows gratuitos de artistas nacionais, atividades esportivas e recreativas. O Paraná tem investido muito forte no seu Litoral. Aproximadamente R\$ 150 milhões serão investidos nesta temporada. Esperamos passar com isso...

Deputado Goura (PDT): Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só um minutinho, Deputado. Esperamos passar com isso..., na temporada passada foram 4 milhões de turistas e este ano queremos bater esse recorde, Deputado Goura.

Deputado Goura (PDT): Deputado Hussein, muito obrigado pelo aparte. Queria só fazer um registro e pedir a V.Ex.^a, já conversei com a nossa Secretária Deputada Leandre inclusive, chamou atenção apenas, Deputado Hussein, que na programação artística de shows não tenhamos nenhuma artista mulher, tampouco a presença de artistas locais do Paraná. Conversando com a Secretaria, não é a pasta dela, mas que no ano que vem essa ação que é muito meritosa e muito importante possa contemplar a paridade de gênero e, também, o prestigiamento

de artistas, músicos e bandas aqui do nosso Estado em uma espécie de quota. A ação é importante e fica este registro, porque isso foi muito comentado também pelas mulheres, obviamente que com muita razão, mas também pelos artistas paranaenses. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Eu que agradeço, Deputado. E vou levar hoje ainda essa sinalização, reivindicação que V.Ex.^a fez aqui. Acho importante e V.Ex.^a tem razão. Está bom? Pessoal, trabalhei, a minha equipe trabalhou, estamos trabalhando, Sr. Presidente, há alguns dias já, na análise de 52 emendas que tem na Casa Civil. Estaremos finalizando o relatório hoje à noite, com a equipe jurídica, com a Procuradoria do Estado, e vamos trabalhar com o máximo de boa vontade. Evidentemente que não preciso aqui registrar nada, todos sabem dessa boa vontade. Agora, nem tudo depende de mim. O que depender da minha boa vontade, da minha luta, nós vamos estar trabalhando até à noite com isso, hoje, para que possamos oferecer amanhã, na CCJ, um relatório que possa contemplar minimamente os anseios e os desejos de todos aqui.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Deputado Hussein, inclusive, sou um dos autores da maior quantidade de emendas, me coloco à disposição caso alguém queira fazer uma conversa, uma explicação, uma fundamentação. Estamos à disposição também.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Está bom. Obrigado. Então, da minha parte era isso. Quero saudar todos e todas aqui. O que é? Tem dupla sertaneja paranaense abrindo? Ah, Gabi e Rafa Maia. Oh, Deputado Goura, a Deputada Flávia está explicando aqui que um dos itens colocados pelo senhor está contemplado. Tem uma dupla sertaneja paranaense, Gabi e Rafa Maia, Dani e Gabi, que eles estão abrindo. Amanhã completo a informação, mas sempre é bom discutirmos esse tema. Então, quero deixar um forte abraço a todos vocês.

DEPUTADO GOURA (PDT): Deputado, foi justamente à guisa de uma construção. É uma crítica construtiva para que possamos aprimorar a importante política pública cada vez mais.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Isso! Vamos nessa! Rezem por mim até amanhã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Thiago Buhrer (UNIÃO) (**49 Parlamentares**); **Deputados ausentes sem justificativa:** Cloara Pinheiro (PSD), Doutor Antenor (PT), Paulo Gomes (PP), e Samuel Dantas (SD), (**4 Parlamentares**) . **Deputados ausentes com justificativa:** Cantora Mara Lima (REP),(Req. 2905- Art.97, § 3º, IV do Regimento Interno) (**1 Parlamentar**).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 715/2024**, do Deputado Ney Leprevost, que concede o título de utilidade pública estadual ao Grupo Capoeira Guerreiros dos Palmares; **Autuado sob o n.º 716/2024**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública à Associação de Proteção aos Animais de Tupãssi – Paraná, com sede no município de Tupãssi; **Autuado sob o n.º 717/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública ao Centro de Recuperação Terapêutico Reviver; **Autuado sob o n.º 718/2024**, da Deputada Marli Paulino, que institui a Campanha Estadual de Conscientização e Proteção à Saúde de Crianças e Adolescentes frente aos riscos associados ao uso de cigarros eletrônicos nas escolas públicas do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 719/2024**, dos Deputados Alexandre Curi, Gugu Bueno, Batatinha e Márcio Pacheco, que insere no Calendário Oficial de Eventos do Paraná o City Farm, realizado anualmente no município de Cascavel; **Autuado sob o n.º 720/2024**, do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de utilidade pública ao late Lago do Itaipu, com sede no município de Foz de Iguaçu; **Autuado sob o n.º 721/2024**, do Deputado Gilson de Souza, que denomina Eduardo Zdrojewski o Viaduto localizado no Contorno Norte, na entrada da PR-418, Km 10, no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 722/2024**, do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de utilidade pública à Casa de Recuperação Amor e Vida, com sede no município de Campina Grande do Sul; **Autuado sob o n.º 723/2024**, do Deputado Cobra Repórter, que reconhece a Avenida Saul Elkind, situada no município de Londrina, como via urbana tecnológica e inovadora de relevante importância para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 724/2024**, do Deputado Professor Lemos, que concede o título de utilidade pública à Associação Casa de Acolhimento Anjo da Guarda, com sede no município de Campina Grande do Sul; **Autuado sob o n.º 725/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que denomina Coronel Rodrigues, o Batalhão da Polícia Militar em Maringá; **Autuado sob o n.º 726/2024**, do Deputado do Deputado Marcelo Rangel, que concede o título de utilidade pública à Serviço de Obras Sociais de Ponta Grossa – SOS, com sede no município de

Ponta Grossa. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Deputado Alexandre, por favor, anuncie as Mensagens que acabaram de chegar na Casa.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Mensagem n.^º 83/2024, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.^º 728/2024**) que cria no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, vinte Cargos Comissionados Executivos; **Mensagem n.^º 84/2024**, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.^º 729/2024**) que altera a Lei n.^º 21.344, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a gestão dos Hospitais Universitários Estaduais; **Mensagem n.^º 85/2024**, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.^º 730/2024**) que altera as Leis n.^º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, n.^º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, e n.^º 18.573, de 30 de setembro de 2015, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, e dá outras providências; **Mensagem n.^º 86/2024** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.^º 731/2024**) que altera a Lei n.^º 7.811, de 29 de dezembro de 1983, que transforma o Departamento de Trânsito em autarquia. É o que continha, Sr. Presidente, do expediente.

Passamos aos Itens da pauta.

Registro a presença na Casa do Vereador de Tijucas do Sul, Sr. Juliano, por solicitação do Deputado Thiago Buhrer. Nós temos quatro Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.^o 841/2023, de autoria do Deputado Bazana, que altera a Lei n.^o 22.130, de 9 de setembro de 2024, que dispõe sobre a criação da consolidação das Leis de defesa do consumidor do Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação final do Projeto de Lei n.^o 1036/2023, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Tercílio Turini, Delegado Tito Barichello, Luciana Rafagnin, Marcia Huçulak e Arilson Chiorato, que institui a campanha permanente de monitoramento digital contínuo de glicemia no Estado do Paraná.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.^o 344/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 35/2024, que altera a Lei n.^o 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.^o 543/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 57/2024, que cria os quadros de oficiais especialistas nos âmbitos da Policia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 5 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 586/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 65/2024, que altera a Lei n.^o 20.937, de 17 de dezembro de 2021, que institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica, e dá outras providências. Substitutivo geral do Poder Executivo. Apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Gostaria de chamar aqui à Mesa o Deputado Romanelli e o Deputado Evandro Araújo, para receberem as emendas encaminhadas à Comissão de Orçamento e fazer o estudo da possibilidade de enquadrá-las. São todas as sugestões feitas por entidades, lideranças. Quarenta mil sugestões nós temos aqui!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os colegas que não votaram ainda, este é o vale-alimentação para os funcionários. Vote “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Enquanto o pessoal vota, queria colocar aqui que ia encaminhar a votação, mas é no sentido positivo, Deputado Hussein. Temos muitos pedidos das associações, sindicatos de docentes e funcionários do Paraná e queríamos pedir isonomia no pagamento desses auxílios aos docentes e, também, aos aposentados. Este PL que está sendo votado e tem o nosso voto da Oposição favorável, mas queríamos que nele fosse atendido outras categorias em um momento mais oportuno. Por exemplo, essa questão dos aposentados e dos docentes em contratos temporários. Então, solicitamos quando puder o Governo, obviamente o mais rápido possível, o envio de um novo Projeto de Lei concedendo auxílio-alimentação para os docentes temporários e aos aposentados das instituições de ensino superior.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado pela contribuição, Deputado. E vamos trabalhar isso no ano que vem, com todo o afinco.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Corti, Romanelli, Guerra, Ney Leprevost e Requião. Deputado Romanelli, seu voto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Senhor Presidente Ademar Traiano, aproveitando o momento final da votação, gostaria de convocar todos os membros da Comissão de Agricultura e Pecuária para após esta sessão, na Sala Arnaldo Busato, uma importante reunião ordinária. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Senhor Presidente, aproveitando o ensejo do Deputado Anibelli, também quero convocar os membros da Comissão de Turismo. Teremos a reunião logo após esta sessão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Luiz Fernando Guerra, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Requião Filho, Samuel Dantas e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 4/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 6/2024, que altera as Leis Complementares n.^º 103, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre o plano de carreira do professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, e n.^º 242, de 17 de dezembro de 2021, que altera as Leis Complementares n.^º 103, de 14 de março de 2004, e n.^º 123, de 9 de setembro de 2008. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de

Finanças e Tributação e Comissão de Educação. **Retirado de ofício por esta Presidência.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 12/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 80/2024, que revoga o *parágrafo único* do art. 66 da Lei Complementar n.^º 231, de 17 de dezembro de 2020, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a qualidade e a responsabilidade na gestão fiscal do Estado do Paraná, cria o fundo de recuperação e estabilização fiscal do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de Urgência. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^º 1**, dos Deputados Arilson Chiorato, Doutor Antenor, Luciana Rafagnin; Requião Filho, Goura, Renato Freitas e Ana Júlia.) **O Projeto recebeu Emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 805/2023, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede o Título Estadual da Banana ao município de Guaratuba. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com parecer favorável da CCJ. Em discussão o projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, pela ordem, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Presidente, queria só fazer uma solicitação pública aqui também ao Governo do Estado: se vamos ter um Projeto de Lei que trata, Deputado Hussein, sobre a Ilha do Mel, se vai chegar até a Casa. Falo isso porque estamos acompanhando as audiências públicas, conversando também

com representantes do Governo do Estado, é um projeto muito importante. Só para sabermos se vai ter a vinda dele nestas sessões que restam aqui para fazermos o debate. De novo, friso que é um projeto importante. Hoje mesmo, na Comunidade Encantadas, lá na Ilha do Mel, está tendo um debate sobre propostas que estão previstas nesse projeto, mas para podermos saber se ele virá oficialmente aqui para a Casa em tempo de ser discutido e votado. Obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Até o presente momento não tenho essa informação de que virá. Pode ser que possa vir no ano que vem, mas, hoje, inclusive, tivemos um alinhamento e não foi objeto de discussão para vir até o final do ano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Paulo Gomes, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei nº 805/2023.**

Vamos submeter ao voto a Emenda. Em discussão a Emenda. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Apenas para dar um comunicado aqui. Eu e o Deputado Romanelli estávamos conversando e o Deputado Hussein, temos aqui 7 mil 877 sugestões encaminhadas à LOA, foram 1.456 emendas destinadas à sociedade civil, aquelas emendas que os Deputados puderam fazer cada um, 434 emendas ao texto da lei e 83 emendas coletivas de Deputados e Deputadas. É bastante trabalho para a Comissão. Vamos fazer o máximo para poder acelerar, o Deputado Romanelli está aqui me cobrando disso agora, junto com o Deputado Hussein, vamos fazer o máximo para poder tornar o processo mais célere possível. No entanto, é bastante coisa para realmente analisar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Luiz Fernando Guerra, Paulo Gomes, Requião Filho, Samuel Dantas e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda.**

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 7/2024, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Tiago Amaral, que concede o título de Capital do Boi Gordo ao

município de Umuarama. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Também vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Gugu.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Na verdade é só um comunicado, Sr. Presidente. Logo após a Sessão, faremos a sabatina, na Comissão de Obras, do indicado pelo Sr. Governador, Sr. Rubens Bueno, para diretoria da Agepar. Então, todos os Deputados estão convidados a acompanhar a sabatina, logo após a Sessão, lá na sala da CCJ, Sr. Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Queria pedir ao 1.^º Secretário, Deputado Alexandre Curi, que explicasse por que Umuarama é a Capital do Boi Gordo.

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): Ao término da Sessão, Deputado Romanelli, o senhor é muito bem-vindo na 1.^a Secretaria, porque é uma explanação complexa e não quero tirar o tempo dos Deputados.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Deputado Alexandre Curi, com intuito de colaborar com a sua explicação, é um fato muito simples, simplesmente é a cidade que mais abate boi. Então, tem boi gordo e é natural, salutar essa situação.

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): Farei após a Sessão, da mesma forma que o Deputado Anibelli fez, na semana passada, sobre a gengibirra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Acho que vou arbitrar e pedir para o Deputado Luís Corti, que é veterinário, dar essa explicação.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Era em tempo, pode ser até agora.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Corti, V.Ex.^a vota? Deputado Artagão, Moacyr Fadel, Denian Couto, Goura.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Exclusivamente por causa da comida que coloca na boca.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estou encerrando a votação. Deputado Corti, V.Ex.^a vota a favor do boi gordo?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Registro voto "sim", Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado. Votação encerrada: [*Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Dr. Antenor, Goura, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Paulo Gomes, Requião Filho, Samuel Dantas e Tiago Amaral (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está

aprovado o Projeto de Lei n.^º 7/2024. Quarenta e três votos, com o voto do Deputado Corti.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 684/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 75/2024, que altera a Lei n.^º 17.444, de 27 de dezembro de 2012, que implementa o convênio ICMS n.^º 85/2011, o qual autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de Urgência. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^º 1**, dos Deputados Ana Júlia, Doutor Antenor, Luciana Rafagnin, Requião Filho, Goura, Renato Freitas, Professor Lemos e Arilson Chiorato.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 700/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 78/2024, que autoriza o Estado do Paraná a realizar operação de aumento do capital social do banco regional de desenvolvimento do extremo sul. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de Urgência. Vamos submeter ao voto o projeto. Em discussão o projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim" também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos,

*Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Dr. Antenor, Goura, Luiz Fernando Guerra, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 700/2024.*

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 265/2024, de autoria da Deputada Maria Victoria, que institui o Dia de Informação e Pesquisa Sobre a Hemofilia, a ser realizado anualmente em 17 de abril. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Batatinha, Deputado Soldado Adriano. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Dr. Antenor, Goura, Luiz Fernando Guerra, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 265/2024.

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 605/2024, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.^º 244/2024, que autoriza o Defensor Público-Geral do Estado a conceder a gratificação instituída pela Lei n.^º 17.172, de 24 de maio de 2012, aos integrantes da Policia Militar, Civil, Cientifica e Penal, quando no desempenho das funções junto ao gabinete de segurança institucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Alguns Deputados que compõem a nossa base não votaram. É um projeto importante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Dr. Antenor, Goura, Luiz Fernando Guerra, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 605/2024.**

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 635/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 67/24, que altera a Lei n.^º 18.381, de 15 de dezembro

de 2014, que institui o serviço social autônomo Palcoparaná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Cultura. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Corti e Marcelo Rangel, ainda pendentes os votos. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Dr. Antenor, Goura, Luiz Fernando Guerra, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas e Tiago Amaral (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 635/2024.**

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 699/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 77/2024, que altera Lei n.º 16.544, processo disciplinar, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Regime de Urgência. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alisson Wandscheer, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Goura, Luiz Fernando Guerra, Paulo Gomes, Requião Filho, Samuel Dantas e Tiago Amaral (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 699/2024.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.^º 2886/2024, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a desanexação do Projeto de Lei n.^º 405/2020 do Projeto e Lei n.^º 300/2020.

Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.^º 2889/2024, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.^º 609/2023 ao Projeto de Lei n.^º 339/2022, por tratarem de matérias correlatas. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.^º 2896/2024, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de lei aprovados em segunda

discussão e que não receberam emendas. **Aprovado o Requerimento.**
(Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2875/2024, dos Deputados Ana Júlia, Goura, Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Doutor Antenor, Renato Freitas e Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Vereadora de Curitiba, Professora Josete, em reconhecimento aos mais de 20 anos de luta pública na Câmara Municipal de Curitiba; **Requerimentos n.ºs 2876 e 2877/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Obras Públicas, requerendo providências para: análise de viabilidade de instalação de calçada na Rua Izidoro Wosch e na Rua Mário Beraldi, no bairro Santa Cândida; e recapeamento asfáltico da Rua Rubens Cardoso de Brito, no bairro Guabirotuba; **Requerimento n.º 2878/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, requerendo análise de viabilidade da revitalização e manutenção do Parquinho e do Campo de Futebol situado na Rua Jerônimo da Serra, Comunidade Barrocas, no Bairro Santa Cândida; **Requerimento n.º 2879/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, requerendo providências para a fiscalização de infrações de trânsito nas imediações da Rua Maestro Carlos Frank, no Bairro Boqueirão; **Requerimento n.º 2880/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Superintendência de Trânsito de Curitiba - Setran, requerendo providências para a instalação de dispositivos de sinalização horizontais em relevo na Rua Júlio Eduardo Gineste, esquina com a Rua Fábio de Souza, no Bairro Santa Quitéria; **Requerimento n.º 2881/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, requerendo providências para averiguar maus tratos de animais domésticos, no Bairro Pilarzinho; **Requerimentos n.ºs 2883 a 2885/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de:

Natair da Silva Madalosso, ocorrido no dia 25 de novembro; Vladimir Sérgio Pesenti, ocorrido no dia 21 de novembro; e João Chede Neto, ocorrido no dia 20 de novembro; **Requerimento n.º 2887/2024**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Au-Au Lanches, pela celebração de 50 anos de contribuição à história gastronômica e cultural da cidade de Curitiba; **Requerimento n.º 2888/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o envio de menção honrosa em homenagem aos atletas de artes marciais Edson Foreman, John Lineker dos Santos de Paula e Maurício Neder, em reconhecimento ao desempenho excepcional e dedicação durante a sua trajetória nas artes marciais; **Requerimento n.º 2890/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Paraná, requerendo sua colaboração e ações que julgar pertinentes no que se refere ao tratamento do câncer de mama e a falta de cobertura do Sistema de Atendimento à Saúde - SAS, em algumas fases do tratamento; **Requerimento n.º 2892/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, e à Sr.^a Elian Teruel Carmona, Diretora Presidente da Fundepar, requerendo com a máxima urgência a construção de oito salas de aula e uma quadra poliesportiva coberta, conforme ofício encaminhado pelo Sr. Anderson José da Silva - Diretor do Colégio Estadual Dom Áttico Eusébio da Rocha, nesta capital; **Requerimento n.º 2893/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações à Federação Israelita do Paraná, em reconhecimento aos seus significativos serviços prestados aos paranaenses, por meio de sua valiosa contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2894/2024**, do Deputado Do Carmo, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Padaria Brioche Crocante, em comemoração aos 20 anos de atendimento aos cidadãos de Maringá/PR, com excelência respeito, dedicação e amor; **Requerimento n.º 2897/2024**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e à Secretarias de Estado da Cultura, do Esporte e da Mulher,

Igualdade Racial e Pessoa Idosa, requerendo medidas para atingirmos a igualdade de gênero e valorizamos a cultura local em eventos realizados e organizados pelo Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2898/2024**, do Deputado Alisson Wandscheer, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa a Maria Eduarda Fiorati Moreira, selecionada para participar da 34.º Encontro Estadual de Seleções Campeiras e para o 15.º Encontro Estadual de Seleções Esportivas do MGT/PR, na modalidade Laço Inclusivo; **Requerimento n.º 2899/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Paulo Roberto Moreira Gomes, pai do Deputado Paulo Gomes, ocorrido no dia 29 de novembro, no município de Curitiba; **Requerimento n.º 2900/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, para a denominação do 4.º Batalhão de Polícia Militar de Maringá, passe a ser denominado “Batalhão Coronel Rodrigues”; **Requerimento n.º 2901/2024**, do Deputado Bazana, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Lions Clubes relacionados, pela profunda gratidão e admiração que reconheço sobre o trabalho voluntário de todos os clubes à comunidade; **Requerimento n.º 2902/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo a concessão do auxílio-alimentação para professores e técnicos das instituições de ensino superior contratados regime especial; **Requerimento n.º 2903/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo a adoção de medidas para os praças de carreira militar.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2882/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, requerendo à Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa o envio de recomendação de cumprimento da Lei n.º 22.010/2024 às companhias aéreas atuantes no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2891/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando a retificação do Requerimento protocolado sob o n.º 2829/2024; **Requerimentos n.º 2895/2024**, dos Deputados

Bazana e Luís Corti, requerendo a inclusão do Deputado Bazana como coautor do Projeto de Lei n.^º 690/2024, de autoria do Deputado Luís Corti.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § III, do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro do Estado: **Deferido conforme o art. 97, § IV, do Regimento Interno** (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.^º 2904/2024** do Deputado Professor Lemos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de novembro de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § IV, do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.^º 2905/2024** da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 2 a 4 de dezembro de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 3 de dezembro de 2024, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final do Projeto de Lei n.^º 586/2024; 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 805/2023; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.^ºs 4/2024 e 12/2024 e dos Projetos de Lei n.^ºs 265/2024, 605/2024, 635/2024, 684/2024 e 699/2024; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 196/2021, 187/2024, 211/2024, 284/2024, 292/2024, 510/2024, 524/2024, 591/2024 e 701/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h53, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)